

21 ABR 1985

CORREIO BRASILEIRO

# Golpe, não

O presidente Tancredo Neves e o vice José Sarney não foram eleitos para um mandato transitório. Embora de transparente obviedade, essa constatação passa ao largo das manobras em curso para reduzir o mandato do Presidente da República em exercício, na hipótese indesejada, mas infelizmente previsível, de vacância na chefia do Governo. A complexa operação política que ensejou a transferência do Poder ao controle civil, após a fracassada experiência de 21 anos de regime autoritário, seria incompleta e condenada ao malogro se acabasse na instalação de um Governo politicamente debilitado. Como se sabe, entre os múltiplos fatores que podem drenar a autoridade governamental um dos mais perniciosos é o encurtamento do mandato do Presidente da República.

A afoiteza de algumas lideranças políticas e o arrivismo de personagens notoriamente matriculados no carreirismo não podem prosperar sobre os compromissos de ordem institucional que propiciaram a rotação do Poder. Ninguém deve iludir-se em relação ao pacto político celebrado com a sociedade civil, diante do qual o colégio, outrora chamado a cancelar a usurpação do Poder, sucumbiu às aspirações populares. Não há, pois, como tentar modificar-lhe o veredito, sem que isso não importe em atitude golpista.

Não tem procedência alguma o temor, já hoje nítido em setores isolados do estamento parlamen-

tar, de que a eventual ascensão de José Sarney aos plenos poderes da República possa imobilizar ações políticas concebidas para a consolidação do regime. Igualmente não se sustenta na realidade a falsa indicação de que na ausência de Tancredo Neves será necessária uma reordenação do processo político, somente possível pela remarcação do prazo de Governo constitucionalmente deferido ao Sr. José Sarney.

Os patrocinadores desses raciocínios esdrúxulos devem ficar advertidos; desde agora, para o fato de que os compromissos políticos do presidente Tancredo Neves já não foram assumidos em seu nome pessoal, muito embora encontrassem nele um notável formulador. Refletiram o sentido da aliança política com as lideranças incompatibilizadas com o antigo regime militar, justamente pela obstinação deste em não devolver ao povo os direitos de cidadania. E, embora se resumisse em Tancredo Neves o símbolo da renovação política postulada pelo povo, o pacto firmado com a sociedade civil obrigou a todas as lideranças que o acompanharam naquela célebre campanha civilista.

A vacância da Presidência da República, como faz parecer a precaríssima saúde de Tancredo Neves, não elide o acordo nacional que o elevou ao mais alto posto da República. Ele terá que ser rigorosamente executado, talvez até com maior ênfase. O contrário disso seria trair a confiança do po-

vo e assumir as responsabilidades políticas por esse gesto de traição. O eventual encurtamento do mandato presidencial, sob a argumentação de que o impedimento definitivo de Tancredo Neves muda completamente a ordem desses compromissos, constituirá em consequência, "uma deposição de forma oblíqua", para usar da significativa expressão utilizada pelo líder do Governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso.

O que se pode admitir, como já o havia feito o próprio presidente Tancredo Neves, é compatibilizar o mandato presidencial com a conveniência política de maior velocidade na rotação do Poder, fixando-lhe prazo entre quatro e cinco anos. Qualquer prazo abaixo de quatro anos representará a castração ilegal, autoritária e violenta do mandato do Presidente da República. E, mais que isto, será uma afronta à soberania popular, cuja atuação foi decisiva para encerrar a longa noite autoritária que se abateu sobre o Brasil desde os idos de 1964.

Aqueles que têm a avidez de chegar ao poder devem controlar os seus apetites. Não só o Sr. José Sarney tem a Nação do seu lado como não deseja ver renascer os métodos totalitários de conquista do Governo. Esperemos que os compromissos assumidos pelas forças políticas solidárias com Tancredo Neves possam ser implementados, no prazo constitucionalmente assegurado ao Governo.